

Os sentidos controversos sobre as mudanças climáticas: uma análise do jornal OESP com base no discurso de suas fontes políticas

Luciana Miranda Costa¹

Camila Pinheiro C. de Miranda²

Layze Machado da Silva³

PPGCOM e Facom da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

Este artigo analisou 87 matérias jornalísticas publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo (OESP) a partir da utilização de suas fontes políticas. O tema escolhido foram as mudanças climáticas e o recorte temporal da análise correspondeu às publicações do ano 2009, período em que ocorreu a 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), cuja importância esteve associada à expectativa internacional sobre a possibilidade do estabelecimento de novas e mais audaciosas metas, por parte dos países participantes do evento, objetivando a redução da emissão de gases do efeito estufa. Buscou-se, com isso, compreender como essas fontes embasaram a construção das notícias e quais “formações discursivas” (FOUCAULT, 1995) deram sentidos à produção do discurso jornalístico. A base metodológica da pesquisa consistiu na utilização e consulta a teorias sociológicas, a exemplo de Bourdieu (1998); filosóficas, Foucault (1995); Teorias do Jornalismo, Traquina (2005) e Pinto (1999); e, principalmente, da Análise do Discurso de vertente francesa, com destaque para a obra de Pêcheux (1995). Os resultados da pesquisa indicam que o OESP legitimou e construiu seu discurso, predominantemente, a partir do uso de fontes oficiais ligadas ao governo federal e de fontes do campo científico. Por outro lado, a referência a agentes sociais importantes para o tema, como, por exemplo, ribeirinhos, indígenas ou pequenos agricultores foi escassa.

Palavras-chave:

Comunicação e Meio Ambiente; Análise do Discurso; Mudanças Climáticas; COP15; O Estado de São Paulo.

Abstract

This paper analyzed 87 newspaper reports published by the Brazilian journal O Estado de São Paulo (OESP) by through its political sources of information. The theme chosen was the “climate change” and the period analyzed corresponded to publications of 2009, when the COP-15 (15th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC) happened. The importance of this meeting was associated with international expectations about the possibility of establishing new and more ambitious goals

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM). E-mail: lmiranda@ufpa.br.

² Graduanda do 6º semestre do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará e bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: camilapmiranda@gmail.com

³ Graduanda do 8º semestre do curso de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, da Universidade Federal do Pará e bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: layzesilva@ymail.com

to reduce the hole in the ozone layer. This paper sought to understand how these sources of information provided the basis for the elaboration of the newspaper reports and which "discursive formations" (FOUCAULT, 1995) were important to the production of the journalistic texts. The theoretical and methodological basis of the research was found in sociological and philosophical theories (Bourdieu, 1998; Foucault, 1995); theories of Journalism (Traquina, 2005; Pinto, 1999); and, specially, in the French Discourse Analysis, highlighting the Pêcheux's theory (1995). The conclusions indicate that the OESP elaborated and legitimized its discourse, predominantly, by the use of official sources from the Brazilian federal government and from the scientific field. On the other hand, the reference to important social agents, as indigenous people or small farmers, was scarce.

Keywords:

Communication and Environment; Discourse Analysis; Climate Change; COP15; O Estado de São Paulo newspaper.

Introdução

A relação homem e meio ambiente passou por importantes reconfigurações a partir da revolução industrial⁴. A manutenção e crescimento das indústrias, a busca por energia e a utilização de combustíveis fósseis foram alguns dos fatores que desencadearam problemas ambientais em escala global. Alguns exemplos, bastante recorrentes, têm sido a escassez de água e de recursos naturais em várias partes do planeta, a poluição, a extinção de espécies e o agravamento de diversas doenças.

Carvalho (2011, p. 24) já observara que uma série de acidentes deram forma aos riscos ambientais, concentrando a atenção e direcionando a discussão sobre a degradação ambiental. Entre eles, estão a explosão de um reator nuclear em *Tree Mile Island* em 1979, o derrame de produtos químicos no Rio Reno em 1986, o acidente nuclear de Chernobyl também em 1986 e o derrame de crude do petroleiro Exxon Valdez em 1989. Esses “momentos-chave” também ganharam repercussão na cobertura midiática sobre a questão ambiental, que foi se alterando nos últimos séculos.

⁴ “A Revolução industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. A principal particularidade dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o uso das máquinas. Até o final do século XVIII a maioria da população europeia vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal o produtor dominava todo o processo produtivo. (...) A Inglaterra foi precursora na Revolução Industrial devido a diversos fatores, entre eles: possuir uma rica burguesia, o fato do país possuir a mais importante zona de livre comércio da Europa, o êxodo rural e a localização privilegiada junto ao mar o que facilitava a exploração dos mercados ultramarinos”. Fonte: <http://www.sohistoria.com.br/resumos/revolucaoindustrial.php>. Acesso em 06 de nov. de 2014. “A busca de desenvolvimento econômico dos países em um ritmo extremamente acelerado gerou o que se pode considerar um dos maiores prejuízos ambientais da história da humanidade: a escassez de vários recursos naturais provenientes do solo, das águas e da flora.” Fonte: <http://www.manutencaoesuprimentos.com.br/conteudo/2912-revolucao-industrial-e-os-impactos-no-meio-ambiente/> Acessado em: 31 de jul. de 2014.

Com uma visão, inicialmente, romântica, partindo para o racionalismo e cientificismo do século XIX, até um direcionamento alarmista e catastrófico, que se pode notar atualmente na cobertura midiática, a conceitualização ambiental sempre se mostrou multifacetada e carregada de elementos culturais e temporais. (MIGUEL, 2009, p.26).

Mas foi principalmente a partir da década de 1970, que as mudanças climáticas entraram como pauta na agenda pública (COSTA, 2006). Já a partir de 1980, um novo tipo de problema ambiental fomentou as discussões: o buraco na camada de ozônio⁵. Essa discussão ultrapassou as fronteiras nacionais e adquiriu importância global na medida em que seus efeitos foram vivenciados em todo planeta. Nesse contexto, a mídia se fortaleceu como o principal agente produtor e multiplicador de informações.

Os veículos impressos possuem a capacidade de nortear a discussão ambiental, agendando e divulgando em suas páginas informações sobre a temática que irão repercutir em outros campos. (COSTA, 2009, p.186).

A mídia impressa, particularmente, possui grande importância no agendamento das discussões contemporâneas, inclusive, sobre as mudanças climáticas. Embora a imprensa “na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar” (MCCOMBS; SHAW, 1972 apud TRAQUINA, 2000, p.49).

Nesse sentido, a cobertura midiática da 15ª Conferência de Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em 2009, desempenhou um papel importante como mediadora entre a opinião pública e o poder público. Observa-se, no entanto, como constatado por Miguel (2009), que o discurso jornalístico sobre meio ambiente tem sido construído em cima das bases de um jornalismo contemporâneo que busca audiência e lucro.

⁵ “Em volta da Terra há uma frágil camada de um gás chamado ozônio (O₃), que protege animais, plantas e seres humanos dos raios ultravioleta emitidos pelo Sol. Na superfície terrestre, o ozônio contribui para agravar a poluição do ar das cidades e a chuva ácida. Mas, nas alturas da estratosfera (entre 25 e 30 km acima da superfície), é um filtro a favor da vida. Sem ele, os raios ultravioleta poderiam aniquilar todas as formas de vida no planeta (...). Há evidências científicas de que substâncias fabricadas pelo homem estão destruindo a camada de ozônio. Em 1977, cientistas britânicos detectaram pela primeira vez a existência de um buraco na camada de ozônio sobre a Antártida. Desde então, têm se acumulado registros de que a camada está se tornando mais fina em várias partes do mundo, especialmente nas regiões próximas do Pólo Sul e, recentemente, do Pólo Norte”. Fonte: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/camada_ozonio/. Acesso em 06 de nov.de 2014.

O fato é que a imprensa contemporânea persiste em abordagens insuficientes e as estratégias para conquistar audiência ainda se debruçam em textos dramatizantes e exagerados, como é possível avaliar na cobertura sobre o tema ambiental. (MIGUEL, 2009, p.13)

Por isso, apesar da cobertura midiática ter sido intensa em 2009, ela não foi satisfatória no que tange a explicitação das causas e consequências do fenômeno climático (COSTA, 2009), o que implicou em uma abordagem limitada sobre as mudanças climáticas e suas consequências.

Em 2009, a Dinamarca sediou a 15^o Conferência de Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), que reuniu 192 países no período de 07 a 18 de dezembro de 2009⁶. Essa conferência era vista com otimismo, tanto pela sociedade civil quanto pelos agentes políticos. Levava-se em consideração que esse era o momento de renovação do Protocolo de Kyoto⁷, o qual estava preste a expirar. No entanto, não foi isso o que aconteceu. As grandes potências - sobretudo, os Estados Unidos da América -, não concordaram com os termos de um possível acordo global e a possibilidade de renovação do Protocolo de Kyoto foi adiada.

A 15^a conferência climática patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Copenhague, aproxima-se de seu fim e a aparição de novidades é uma exceção. Os Estados Unidos e a China, maiores poluidores do planeta e principais atores da conferência sobre o clima, não foram um milímetro além do que já haviam proposto anteriormente. (GOZZI, R. “Lula surpreende e Obama decepciona na reta final da COP-15”. O Estado de São Paulo, São Paulo, 18 dez. de 2009).

Indicadores Teórico-Metodológicos

Em 2009, os principais jornais do país deram destaque à COP-15. Entre eles, o jornal O Estado de São Paulo produziu 942 matérias jornalísticas, que foram coletadas para esta

⁶ Disponível em: “Resumo final da COP15”. Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org/noticias/resumo-final-da-cop-15> Acessado em: 06 de ago. de 2014.

⁷ “Esse Protocolo tem como objetivo firmar acordos e discussões internacionais para conjuntamente estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, além de criar formas de desenvolvimento de maneira menos impactante àqueles países em pleno desenvolvimento. Diante da efetivação do Protocolo de Kyoto, metas de redução de gases foram implantadas, algo em torno de 5,2% entre os anos de 2008 e 2012. O Protocolo de Kyoto foi implantado de forma efetiva em 1997, na cidade japonesa de Kyoto, nome que deu origem ao protocolo. Na reunião, oitenta e quatro países se dispuseram a aderir ao protocolo e o assinaram, dessa forma, comprometeram-se a implantar medidas com intuito de diminuir a emissão de gases.”. Fonte: <http://www.brasilecola.com/geografia/protocolo-kyoto.htm> Acessado em: 06 de ago. de 2014.

pesquisa a partir da busca por palavras-chave no *site* do jornal: ‘aquecimento global’⁸, ‘IPCC’ (*Intergovernmental Panel on Climate Change*)⁹, ‘mudanças climáticas’¹⁰ e ‘Protocolo de Kyoto’. Logo após a coleta, foi feita uma seleção das matérias que seriam sistematizadas, 87, levando em consideração as fontes políticas utilizadas pelo jornal.

O Estado de São Paulo (OESP), também conhecido como Estadão, é o mais antigo dos jornais paulistanos ainda em circulação¹¹. Fundado em 4 de janeiro de 1875, sua linha editorial tem sido pautada, segundo o *site* do próprio jornal, “nos direitos e liberdades individuais, no pluralismo democrático e na identidade sociocultural do Brasil e de São Paulo”¹². O OESP é considerado um jornal conservador de centro-direita, em virtude de sua postura contrária, especialmente em editoriais¹³, a governos e movimentos de esquerda.

Em 2009, a temática ambiental foi abordada pela publicação principalmente pelo viés político, tendo como motivação encontros de lideranças políticas, o que ratifica a afirmação de Miguel (2009, p.42): “a história da política ambiental no Brasil acompanha de certa forma a trajetória da luta ambiental, através das conferências e tratados mundiais”.

Do ponto de vista metodológico, nossa análise foi direcionada para responder algumas perguntas orientadoras: quais são foram as principais vozes políticas no discurso jornalístico analisado? Como as mudanças climáticas foram representadas pelo jornalismo impresso

⁸ “O Aquecimento Global é um exemplo específico de fenômeno mais amplo denominado “mudança climática”. O uso comum dessa expressão refere-se à elevação da temperatura média da superfície da Terra de pouco menos de 1 grau *Celsius* nos últimos cem anos. Há inúmeras indicações que esse aumento seja devido às atividades humanas, principalmente aquelas que envolvem a queima do petróleo e do carvão, emitindo gases conhecidos como de efeito estufa. No entanto, o sistema climático é muito complexo, podendo haver outras causas para as variações de temperaturas observadas, de modo que a relação direta de causa e efeito entre o aumento do teor dos gases de efeito estufa na atmosfera no século XX e o aumento da temperatura nesse mesmo período continua sendo objeto de estudo e debate entre os cientistas” (OLIVEIRA, 2008. p. 17).

⁹ “O IPCC (ou Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) foi estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas, seus impactos potenciais e opções de adaptação e mitigação. O IPCC não realiza novas pesquisas nem monitoriza dados relacionados a mudança climática nem recomenda políticas climáticas”. Fonte:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Painel_Intergovernamental_sobre_Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas. Acesso em 06 de nov.de 2014. Mais informações em: <http://www.ipcc.ch/>

¹⁰ “O IPCC define a mudança climática como uma variação estatisticamente significativa em um parâmetro climático médio ou sua variabilidade, persistindo um período extenso (tipicamente décadas ou por mais tempo). A mudança climática pode ser devido a processos naturais ou forças externas ou devido a mudanças persistentes causadas pela ação do homem na composição da atmosfera ou do uso da terra”. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Painel_Intergovernamental_sobre_Mudan%C3%A7as_Clim%C3%A1ticas. Acesso em 06 de nov.de 2014. Mais informações em: <http://www.ipcc.ch/>

¹¹ Mais informações em: <http://www.jornalonline.net/2043-estadao.htm> Acesso em: 02 de ago. de 2014.

¹² Fonte: <http://www.jornalonline.net/2043-estadao.htm>. Acesso em: 02 de ago. de 2014.

¹³ O Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Popularmente, se diz que ele contém a opinião do dono da instituição jornalística. Fonte:<http://www.arianefonseca.com/index.php/de-olho-na-midia/jornalismo-opinativo>. Acesso em: 09 de jul. de 2014.

brasileiro tendo como referência o jornal OESP? Para respondê-las, nossa análise, embora tenham sido consultados e referenciados autores das Teorias do Jornalismo (TRAQUINA, 2005; PINTO, 1999) e da Sociologia (BOURDIEU, 1998), se fez predominantemente sob os pressupostos da Análise do Discurso de vertente francesa (PÊCHEUX, 1995; BRANDÃO, 2004) e ainda tendo como referência a obra de Michel Foucault (1985), especialmente, o conceito de “formações discursivas”.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1995, p.43).

Para os autores, o discurso pode ser compreendido dentro de sua materialidade, uma discursividade que constitui os sentidos dos enunciados¹⁴. Entende-se, sob este prisma, as relações sociais como sistemas simbólicos estruturados e estruturantes da realidade. Os "sistemas simbólicos", como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é o poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social). (BOURDIEU, 1998 apud COSTA, 2006).

Deste modo, compreende-se o discurso como um campo de forças e de "produção cultural" (BOURDIEU, 1998), no qual os agentes e instituições que o configuram, por meio do capital simbólico¹⁵ internalizado, disputam o poder de representar o mundo social.

A Análise do Discurso de vertente francesa orientou a análise do *corpus*, observando-se que o sentido de uma palavra ou expressão não pode ser buscado apenas nelas, mas nas construções ideológicas e sociais que as cercam, sendo estas, para Pêcheux (1995), a base do sentido do discurso, e inclusive, a nosso ver, do discurso jornalístico, que será analisado a seguir. (COSTA; MIRANDA; SILVA; 2014b, p.03).

As palavras, expressões, proposições... Mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que

¹⁴ [Sobre os enunciados] “Ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 1995, p. 99).

¹⁵ “Capital simbólico, entendido como prestígio, reputação ou fama, ou seja, a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 1998, p. 134).

elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas¹⁶. (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

As fontes políticas utilizadas pelo Estadão

Como poderá ser visto na tabela 1, abaixo, as fontes governamentais nacionais embasaram o discurso do jornal O Estado de São Paulo. Os nomes mais recorrentes foram o dos então Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, aparecendo 27 vezes; o da Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, aparecendo 19 vezes; e o de Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, aparecendo 17 vezes.

Tabela 1 - Nomes mais citados no jornal O Estado de São Paulo.

Nomes mais citados no jornal O Estado de São Paulo	Número de vezes que os nomes foram citados no Jornal O Estado de São Paulo
Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente do Brasil	27
Dilma Rousseff - Ministra-Chefe da Casa Civil	19
Carlos Minc – Ministro do Meio Ambiente	17
Celso Amorin – Ministro das Relações Exteriores	7
Barack Obama – Presidente dos Estados Unidos da América	5
José Serra – Governador de São Paulo	4
Luiz Pinguelli Rosa- Secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas	3
Marina Silva – Senadora	3
Reinhold Stephanes- Ministério da Agricultura	3
Sérgio Rezende-Ministro da Ciência e Tecnologia	3
Xico Graziano - Secretário do Meio Ambiente de São Paulo	3
Gordon Brown-Primeiro-Ministro Britânico	2

¹⁶ “As formações ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam aquilo que se pode e se deve dizer (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p. 102-103).

O jornal faz uso dessas fontes sob a premissa de um *ethos* jornalístico¹⁷, em que a neutralidade e a objetividade norteiam a construção das notícias. Leva-se em consideração que as fontes oficiais são as mais indicadas a falar sobre o tema, colocando-se em segundo plano, dessa maneira, as vozes dos sujeitos que vivem as mudanças climáticas em seu dia-a-dia. Trata-se, nesse sentido, da elitização das fontes de informação (MIGUEL, 2009, p.59).

(...) o predomínio de fontes oficiais confirma a tendência em respaldar as informações através de posições do governo tais como ministérios, secretarias municipais e estaduais, prefeituras, governos, presidência” (MIGUEL, 2009, p.59).

Alguns sujeitos sociais, portanto, como os povos indígenas, representantes dos agricultores familiares e ruralistas raramente apareceram no conjunto total das matérias analisadas, e, quando foram mencionados, figuraram como agentes secundários nas decisões políticas.

A representação discursiva das mudanças climáticas

A cobertura sobre a questão ambiental no Brasil, no geral e como já mencionado, acompanha os acordos globais sobre o clima e as grandes conferências (MIGUEL, 2009). O Estado de São Paulo, por exemplo, ao se referir às mudanças climáticas, abordou o tema, principalmente, a partir do contexto de acordos políticos, seja pela promulgação de leis estaduais ou pela proposição de convenções em conferências internacionais. Foi o caso da cobertura sobre a primeira lei relacionada ao clima no estado de São Paulo.

Esta é a primeira lei estadual com meta de corte de gases de efeito estufa aprovada no País. A lei municipal de mudança climática aprovada em junho tem meta mais ambiciosa: cortar até 2012 em 30% as emissões de gases-estufa, em relação às emissões verificadas em inventário de 2005. (BALAZINA, A; GONÇALVEZ, A. São Paulo aprova política de mudanças climáticas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 out. 2009).

¹⁷ Em termos gerais, o *ethos* é definido como uma maneira de dizer que estabelece modos de ser, dentro do discurso, do enunciador e do coenunciador, garantindo a identificação entre esses e a felicidade do gênero. (MAINGUENEAU, 2008 apud BUTTURI et. al, 2010). Disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Atilio%20Butturi.pdf>. Acesso em 05 de nov.de 2014.

No jornalismo impresso brasileiro, o paradigma preservacionista, no qual a interferência humana na natureza é tida como predominantemente prejudicial para o planeta, está presente na construção de sentidos sobre as mudanças climáticas/aquecimento global pelas fontes de informação do campo político, sobretudo, no que se refere à Amazônia.

As discussões a nível global concentram-se “em aspectos preservacionistas, como criação de áreas ambientais, projetos para conservação de fauna e flora, se desvinculando de outras políticas governamentais e reforçando a visão positivista”. (MIGUEL, 2009, p.42). Reduzir o desmatamento, e, conseqüentemente, as emissões de gases causadores do efeito estufa, como aparece na citação acima (“...a lei municipal de mudança climática aprovada em junho tem meta mais ambiciosa: cortar até 2012 em 30% as emissões de gases-estufa...”), está atrelado, principalmente, a ideia de preservar a fauna e flora.

Tomando-se o conceito de “Formações Discursivas” de Foucault (1995), pôde-se constatar também, na representação da questão ambiental presente nas páginas do Estadão, que as principais formações discursivas que deram base ao discurso das fontes e dos enunciados dos jornais, além da política, foram a econômica e a científica, como se pode observar nos trechos abaixo:

"Nós queremos cooperar economicamente na extensão de produtos de infraestrutura", disse a chanceler alemã, Angela Merkel, em coletiva de imprensa conjunta com Lula após conversas bilaterais entre os dois líderes em Berlim. Merkel também afirmou que quer que as negociações climáticas em Copenhague terminem com um "acordo político que irá, então, ser desenvolvido em termos legais". (OESP. Lula: 'Copenhague não chegará a acordo que sonhamos'. O Estado de São Paulo, São Paulo, 03 de dez. de 2009).

O Brasil criou o Fundo Amazônia no ano passado a fim de promover o desenvolvimento sustentável e a pesquisa científica na maior floresta tropical do mundo. Na época em que o fundo foi lançado, o presidente Lula disse que o mundo teria de respeitar a soberania do Brasil sobre seu território amazônico, cuja destruição é a principal fonte de emissões brasileiras de gases que provocam o efeito estufa. (OESP. Lula deve aprovar fundo para deter mudanças climáticas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 09 de dez. de 2009).

Isto, portanto, evidencia as diversas vozes que constroem os sentidos da temática “mudanças climáticas”, levando em consideração que “todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de vozes” (PINTO, 1999, p.31).

(...) mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, de qualquer tipo que seja, pode ser inscrita numa relação essencial com uma outra, a do ou dos discursos em relação aos quais o discurso que ela depende define sua identidade (MAINGUENEAU, 1987, p.88 apud FIORIN, 1993, p.33).

O discurso jornalístico também construiu dicotomias, refletindo e reforçando no campo midiático, o jogo de forças presente no campo político¹⁸. No OESP, vê-se explicitamente a disputa de poder quando Dilma Rousseff, Ministra-Chefa da Casa Civil, não entra em acordo com Carlos Minc, Ministro do Meio Ambiente, sobre os direcionamentos da questão ambiental.

A proposta que o Brasil quer levar para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, em dezembro, esbarrou no "desenvolvimentismo" da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e expôs uma divisão no governo sobre a questão ambiental. (Da Redação. Por crescimento, Dilma quer reduzir meta ambiental. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 out. 2009).

Essa disputa remete a uma memória discursiva de outras dicotomias históricas, como “desenvolvimento econômico x preservação ambiental”, bastante recorrente nos anos desenvolvimentistas da ditadura militar. Como observa Ansart, todo conflito se desenvolve necessariamente num conflito de linguagens, e a evolução dos confrontos suscita uma intensificação das expressões e das propagandas que visam legitimar a sua ação (ANSART, 1978).

De um lado estava o entusiasmo do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que exibiu um projeto prevendo a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020 e o congelamento nas emissões de gás carbônico (CO₂) nos padrões de 2005. De outro, a exigência de Dilma para que sejam feitas previsões com cenários de crescimento do País maior do que o utilizado pela equipe de Minc. (Redação. Por crescimento, Dilma quer reduzir meta ambiental. O Estado de São Paulo, São Paulo, 14 out. 2009).

Conclusão

Concluimos, a partir da análise do discurso do jornal O Estado de São Paulo, que este legitimou e construiu seu próprio discurso por meio, principalmente, da

¹⁸ Ou seja, um conjunto de relações de forças objetivas impostas a todos os que entram nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 1998, p.134).

utilização de fontes oficiais ligadas ao governo federal. Outros agentes sociais, como trabalhadores rurais, povos indígenas, pecuaristas ou populações ribeirinhas, raramente apareceram como fonte de informação. Este fato aponta para uma tendência histórica já observada em estudos anteriores sobre a relação mídia e meio ambiente no contexto brasileiro (COSTA, 2009).

O jornal OESP construiu sua narrativa acerca da temática, nas 87 matérias jornalísticas analisadas, criando ou alimentando dicotomias históricas. Foi o caso, por exemplo, das posições assumidas por dois agentes políticos bastante recorrentes como fontes de informação do jornal: Dilma Rousseff (Desenvolvimentismo) e Carlos Minc (Preservação Ambiental). As “formações discursivas” política, econômica e científica também participaram ativamente para construção de sentidos do discurso jornalístico.

A análise do *corpus* da pesquisa nos permitiu ainda perceber que a questão ambiental ultrapassou o seu lugar de origem: o campo ambiental, e ocupou espaços de grande importância no campo econômico e político, tornando-se pauta constante para mídia. (COSTA; MIRANDA; SILVA; 2014b, p.13).

Referências Bibliográficas

ANSART, P. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARROS, D. L. P de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade em torno de Bakhtin**. Diana Luz Pessoa de Barros e José Luiz Fiorin (orgs.). 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**/ Trad. Fernando Tomaz. 2ª 11d. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTTURI JR., A. O Discurso da Metafísica na Arqueologia Foucauldiana. In: Anais do IX Encontro do CELSUL. Palhoça, SC: UFSC, out. 2010. Disponível em <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Atilio%20Butturi.pdf>. Acesso em 05 de nov.de 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CARVALHO, A.; PEREIRA, E., RODRIGUES, A.T. & SILVEIRA, A.P. A reconstrução mediática das alterações climáticas. In: **As alterações climáticas, os media e os cidadãos**. Anabela Carvalho (Org.). Coimbra: Grácio, 2011, p.105-144.

COSTA, L.M. Meio Ambiente é Pauta! Análise Discursiva da Cobertura da Imprensa sobre Desmatamento e Queimadas na Amazônia no período 2002-2006. In: **Mídia e Ambiente: estudos e ensaios**. Thales Novaes de Andrade e Antonio Ribeiro de Almeida Jr. (Orgs.). São Paulo: Hucitec, 2009, p. 182-224.

_____. **Comunicação e Meio Ambiente: uma análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: NAEA, 2006.

COSTA, L.; MIRANDA, C.; SILVA, L. **O discurso jornalístico sobre as mudanças climáticas na revista Carta Capital**. In: Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 1 a 3 de maio de 2014, Belém, Pará. ISSN: 2177-7861

COSTA, L.M.; MIRANDA, C; SILVA, L; **O Discurso Ambiental e as Fontes Políticas: a Construção de Sentidos sobre as Mudanças Climáticas na Folha de São Paulo**. In: Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2 a 5 de setembro de 2014, Foz do Iguaçu, Paraná. ISSN: 2175-4683.

ERBOLATO, M. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. São Paulo: Editora Papyrus, 1985.

FIORIN, J.L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1993.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours**. Langages. Paris, número 24, p. 93-106, 1971.

MEDINA, J.L.B. Gêneros Jornalísticos: Repensando a Questão. In: **Revista Symposium**. v.V, n.1, 1º semestre de 2011, p. 45-55.

MIGUEL, K.G. **Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais**. 2009, 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru – SP, agosto, 2009.

OLIVEIRA, F. **A gestão ambiental e a medicina veterinária**. 2010. 43 f. Dissertação (Especialização em Gestão ambiental) – Instituto a vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** Vol 2. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento.**
Coimbra: Minerva, 2000.